

SUMÁRIO

ETAPA 3 – APROVAÇÃO

FASE 6 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIA

AÇÃO 1 – REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL E LEGISLATIVO2

1.1 - ANEXOS 3

AÇÃO 2 – ELABORAÇÃO DAS AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS8

2.1 - AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS 8

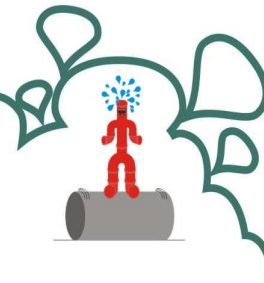
2.1.1 - Abastecimento de Água Potável 8

2.1.2 - Esgotamento sanitário 9

2.1.3 - Resíduos sólidos 10

2.1.4 - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas 11

2.1.5. Reserva para Contingências 12



ETAPA 3 – APROVAÇÃO

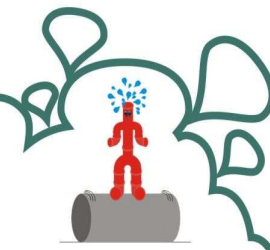
FASE 6 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIA

AÇÃO 1 – REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL E LEGISLATIVO

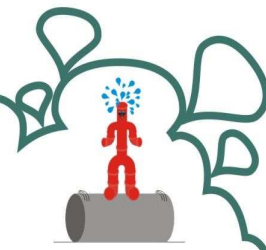
A ação teve por objetivo reunir o Conselho do Meio Ambiente e Câmara de Vereador para apresentar e discutir a proposta do Projeto de Lei do PMSB, elaborada pela Equipe Técnica da empresa Espaço Urbano e discutida e pactuada, anteriormente, com o comitê consultivo e comitê gestor.



1.1 - ANEXOS

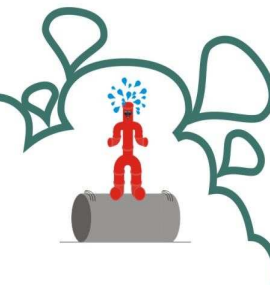


ANEXO I – ATA DA REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE E LEGISLATIVO

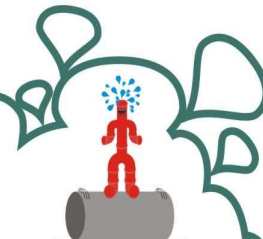


ATA DE REUNIÃO COM CONSELHO DO MEIO AMBIENTE E LEGISLATIVO

Aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e nove, às 20:00 hs, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Luzerna os membros do Conselho do Meio Ambiente e Vereadores do Município de Luzerna, conforme lista de presença anexa, para apresentação e discussão do Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento. A Arq. Fátima Hermes deu início a reunião fazendo uma explanação de como o Projeto de Lei foi construído, passando a seguir, a apresentação do mesmo na íntegra, por artigos. Um Vereador solicitou explicação de como iria funcionar o acompanhamento e fiscalização do Plano, onde foi explicado que inicialmente tinha-se pensado como proposta criar o Conselho de Saneamento Básico e, que, após ampla discussão optou-se por dar atribuição de acompanhamento do Plano ao Conselho do Meio Ambiente, devendo após aprovação do PMSB, ser alterado as atribuições do Conselho do Meio Ambiente para incluir o PMSB. O Vereador Moisés, representante dos vereadores no Comitê Consultivo, colocou também que inicialmente havia-se feito uma proposta de Projeto de Lei mais amplo, com objetivos, diretrizes e ações e, posteriormente concluímos que estes itens deveriam ser inclusos no corpo do PMSB, parte integrante da Lei, e não na Lei propriamente dita. O Matemático Dirceu também explanou que o PMSB terão outras ferramentas como os mecanismos e procedimentos criados para monitoramento e avaliação do Plano. Após comentários gerais dos presentes sobre a importância do Plano para o município, sendo a mesma aprovada por todos, encerrou-se a reunião às 21:25 horas, agradecendo-se a presença de todos, fazendo parte desta, a Lista de Presença.

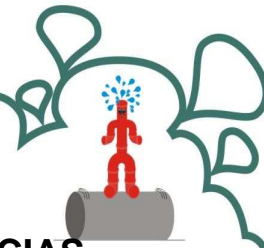


ANEXO II – LISTA DE PRESENÇA



OBJETIVOS: Discutir propostas do Projeto de Lei

LISTA DE PRESENÇA[illegible]



AÇÃO 2 – ELABORAÇÃO DAS AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS

2.1 - AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS

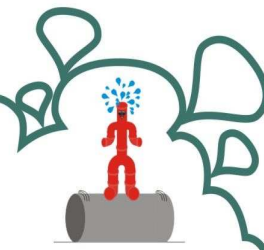
O objetivo essencial do plano de saneamento é o correto atendimento à população com serviços públicos adequados e universais, nos termos das Leis Federais 11.445/07 e 8.987/95. Portanto, a solução dos principais problemas nas situações de emergência ou de contingência diz respeito à alocação de recursos financeiros. Os recursos poderão provir do erário, de financiamentos em geral, ou de parcerias público-privadas na forma de concessões plenas ou parciais, nos termos da lei.

2.1.1 - Abastecimento de Água Potável

As situações emergenciais na operação do sistema de abastecimento de água surgem quando ocorrem paralisações na captação, produção, adução, reservação e distribuição. A eficácia do sistema garante o atendimento pleno das necessidades de fornecimento reduzindo com isso as situações de emergência e de contingência previstas e não-previstas.

Ações de prevenção propostas

- ✓ Manutenção adequada do sistema;
- ✓ Ações de educação ambiental eficazes (consumo consciente);
- ✓ Investimento contínuo em melhorias e ampliações da infraestrutura;
- ✓ Adoção de técnicas e tecnologias atualizadas;
- ✓ Capacitação continuada da força de trabalho pelo concessionário ou permissionário do(s) serviço(s);
- ✓ Tarificação justa;



- ✓ Controle social;
- ✓ Fundo financeiro de contingência (Estipulado em Contrato ou Estatuto ou próprio);
- ✓ Fonte alternativa de abastecimento (manancial e caminhão pipa)
- ✓ Para as situações provocadas por fatores externos oriundos de estiagem ou enchentes, o titular dos serviços deve aliar-se a Defesa Civil para minimizar seus efeitos.

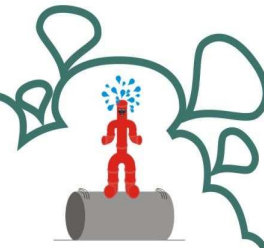
Para as situações provocadas por fatores externos oriundos de estiagem ou enchentes, o titular dos serviços deve aliar-se a Defesa Civil para minimizar seus efeitos.

2.1.2 - Esgotamento sanitário

As situações emergenciais na operação do sistema de esgotamento sanitário surgem quando ocorre entupimento de redes coletoras, sobrecargas de vazões parasitárias, defeitos nas estações elevatórias e de tratamento de esgotos e emissários.

Ações de prevenção propostas

- ✓ Manutenção adequada do sistema;
- ✓ Ações de educação ambiental eficazes (destino inadequado do esgoto doméstico e da água da chuva);
- ✓ Investimento contínuo em melhorias e ampliações da infraestrutura;
- ✓ Adoção de técnicas e tecnologias atualizadas;
- ✓ Fiscalização e eliminação de ligações clandestinas de águas pluviais nas redes coletoras;
- ✓ Capacitação continuada da força de trabalho pelo concessionário ou permissionário do(s) serviço(s);



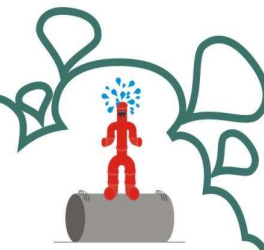
- ✓ Tarifação justa;
- ✓ Controle social;
- ✓ Fundo financeiro de reserva (Estipulado em Contrato ou Estatuto ou próprio);
- ✓ Fonte alternativa de coleta e ou tratamento de esgoto (ETE e limpa fossa).

2.1.3 - Resíduos sólidos

As situações emergenciais na operação do sistema de manejo e disposição final de resíduos sólidos surgem quando ocorrem paralisações de prestação dos serviços, por deficiência dos equipamentos e/ou aterros, por desorganização na sua prestação, ou por greves de trabalhadores.

Ações de prevenção propostas

- ✓ Manutenção adequada dos equipamentos;
- ✓ Ações de educação ambiental eficazes (destino e separação inadequada do lixo);
- ✓ Investimento contínuo em melhorias e ampliações da infraestrutura;
- ✓ Adoção de técnicas e tecnologias atualizadas;
- ✓ Capacitação continuada da força de trabalho pelo concessionário ou permissionário do(s) serviço(s);
- ✓ Tarifação justa;
- ✓ Controle social;
- ✓ Fundo financeiro de reserva (Estipulado em Contrato ou Estatuto ou próprio);
- ✓ Fonte alternativa de coleta e ou tratamento de esgoto (aterro sanitário e caminhão de coleta reserva).



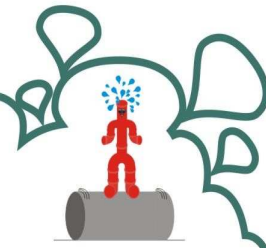
2.1.4 - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

As situações emergenciais na operação do sistema de microdrenagem ocorrem diante de precipitações pluviométricas elevadas e de enchentes. Não há como evitar tais eventos naturais, mas a adoção de ações adequadas pode evitar áreas de alagamento na área urbana do município.

A predição por parte da Defesa Civil é de suma importância para que seja providenciada a evacuação de populações e bens nas áreas de risco, o atendimento emergencial de acidentes e incidentes, a mobilização do funcionalismo público municipal e da sociedade no atendimento às demandas de atuação pessoal.

Ações de prevenção propostas

- ✓ Manutenção adequada do sistema;
- ✓ Ações de educação ambiental eficazes (destino correto do lixo, materiais e resíduos da construção civil, de limpeza de terrenos e podas de árvores e impermeabilização mínima do solo ocupado);
- ✓ Investimento contínuo em melhorias e ampliações da infraestrutura;
- ✓ Adoção de materiais e mão de obra de qualidade;
- ✓ Tarifação justa;
- ✓ Controle social;
- ✓ Predição da Defesa Civil;
- ✓ Mobilização do funcionalismo público municipal;
- ✓ Atuação jurídico-institucional em decretos de situação de emergência e calamidade pública.



2.1.5. Reserva para Contingências

Para fazer frente a despesas extraordinárias motivadas por situações de emergências relacionadas aos serviços associados ao Saneamento Básico, propõem-se reservas monetárias previstas anualmente em orçamento, assim dispostas:

2.5.1 – Abastecimento de água potável – 1% (um) do orçamento das receitas de serviços de abastecimento de água;

2.5.2 – Esgotamento sanitário – 2% (dois) do orçamento das receitas de serviços de esgotamento sanitário;

2.5.3 – Resíduos sólidos – 2% (dois) do orçamento contratual da prestação de serviços de coleta e tratamento dos resíduos sólidos urbanos;

2.5.4 – Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas – R\$ 10.000,00 (dez mil reais) anuais reajustáveis com base no incremento anual orçamentário;